



**TONDELA**  
MUNICÍPIO

**Município de Tondela**

[www.cm-tondela.pt](http://www.cm-tondela.pt)

---

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A Desenvolvimento Da Ficton 2024 - Espetáculo do artista Toy**



## **ÍNDICE**

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º – Objeto

Artigo 2.º – Prazo de execução da prestação

Artigo 3.º – Gestor do contrato

Artigo 4.º – Execução do contrato

Artigo 5.º – Preço base

Artigo 6.º – Condições de pagamentos

### CONTRATO

Artigo 7.º – Redução do contrato a escrito

Artigo 8.º – Regras de interpretação do contrato

Artigo 9.º – Incumprimento do contrato

Artigo 10.º – Exercício do direito de resolução

Artigo 11.º – Suspensão do contrato

Artigo 12.º – Casos fortuitos ou de força maior

Artigo 13.º – Subcontratação

Artigo 14.º – Cessão da posição contratual

### OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Artigo 15.º – Seguros

Artigo 16.º – Sigilo e confidencialidade

Artigo 17.º – Tratamento de dados pessoais

Artigo 18.º – Conformidade e garantia técnica

### PENALIDADES CONTRATUAIS

Artigo 19.º – Mora e cumprimento defeituoso

Artigo 20.º – Penalidades contratuais

### RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Artigo 21.º – Resolução alternativa de litígios

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 22.º – Comunicações e notificações

Artigo 23.º – Contagem dos prazos na fase de execução do contrato

Artigo 24.º – Legislação aplicável



## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Artigo 1.º – Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar pela Câmara Municipal de Tondela, na sequência do procedimento pré-contratual de Ajuste Direto que tem por objeto principal a Aquisição de Serviços para a realização de Espetáculo pelo artista Toy, no evento Ficton 2024.

### **Artigo 2.º – Prazo de execução da prestação**

O prazo de fornecimento da totalidade da prestação dos serviços é de 1 dia.

### **Artigo 3.º – Gestor do contrato**

1. Para o acompanhamento permanente e para a garantia da boa execução do contrato, é designado um gestor nos termos do artigo 290.º-A do CCP.
2. O gestor detetará os desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, identificando e propondo medidas corretivas que se revelem adequadas ao órgão competente para a decisão de contratar.

### **Artigo 4.º – Execução do contrato**

Obrigações principais do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:
  - a) Fornecimento dos serviços objeto do contrato, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo A do presente Caderno de Encargos.
  - b) Fornecimento dos serviços, no prazo contratual previsto.
  - c) Os serviços serão executados no espaço Parque Urbano de Tondela- Segunda Fase, local onde decorrerá, em palco, o espetáculo pelo artista Toy, de acordo com o estipulado no presente Caderno de Encargos.



2. É da responsabilidade do Adjudicatário a seleção e o recrutamento de todo o pessoal inerente especializado (músicos) à realização direta do espetáculo.
3. Todos os instrumentos musicais necessários à prestação do serviço são da responsabilidade do Adjudicatário;
4. Durante a vigência do contrato, a Entidade Adjudicante reserva-se o direito de proceder à verificação dos produtos e à inspeção dos equipamentos, sempre que o entenda conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a utilização de qualquer produto ou equipamento;
5. A Entidade Adjudicante poderá, em qualquer altura, determinar a substituição do pessoal que entenda não dever autorizar a permanecer nas suas instalações;
6. É da responsabilidade do Adjudicatário a garantia da conformidade dos serviços prestados.
7. Em caso da não realização do espetáculo por Fenómenos Naturais ou Intempérie, poderá por mútuo acordo ser combinado o adiamento da prestação de serviços objeto deste contrato, contudo a entidade adjudicante deverá pagar a totalidade do valor do contrato mediante as Condições de Pagamento estabelecidas, devendo ser marcada de imediato nova data para prestação do serviço.

#### **Artigo 5.º – Preço base**

Pela aquisição dos serviços objeto do contrato a celebrar, a Câmara Municipal de Tondela dispõe-se a pagar ao prestador de serviço o preço base de **11.750 €** (onze mil setecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal.

O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Tondela.

A Câmara Municipal de Tondela, assumirá os seguintes encargos/ despesas: palco, energia, despesas de alojamento e alimentação, cumprimento dos respetivos riders técnicos e pessoal competente para a sua manipulação, cumprimento do rider de hospitalidade, bem como, quaisquer encargos com licenças e seguro de responsabilidade civil e acidentes pessoais.

O preço base fundamenta-se na consulta junto da entidade que detêm a representação exclusiva da artista, em Portugal”.



**Artigo 6.º – Condições de Pagamentos**

1. O pagamento pela Entidade Adjudicante deverá ser efetuado até ao dia do espetáculo e após a emissão da respetiva fatura, a qual só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.



2. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Tondela, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os fundamentos, ficando o prestador de serviço obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

## **CONTRATO**

### **Artigo 7.º – Redução do contrato a escrito**

É dispensada a redução do contrato a escrito com base no ponto i. da alínea c) do nº 1 do Artigo 95.º do CCP.

### **Artigo 8.º – Regras de interpretação do contrato**

1. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:

- a) O clausulado contratual e seus anexos;
- b) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- c) Os esclarecimentos e as retificações das peças do procedimento que a Entidade Adjudicante venha a prestar nos termos do artigo 50.º do CCP;
- d) O presente Caderno de Encargos;
- e) A proposta adjudicada;
- f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.

2. Em caso de divergência entre os elementos referidos nas alíneas b) a f) do número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.

3. Em caso de divergência entre os elementos referidos no número anterior e o clausulado contratual e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.



### **Artigo 9.º – Incumprimento do contrato**

O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

### **Artigo 10.º – Exercício do direito de resolução**

O exercício do direito de resolução terá lugar, mediante comunicação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à contraparte da qual conste a identificação do incumprimento contratual em causa.

### **Artigo 11.º – Suspensão do contrato**

Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, a Entidade Adjudicante pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, suspender total ou parcialmente a execução do contrato.

### **Artigo 12.º – Casos fortuitos ou de força maior**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade de por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Entende-se por caso fortuito, ou de força maior, qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. A parte que invocar caso fortuito ou de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação normal.



### **Artigo 13.º – Cessão da posição contratual**

1. O Adjudicatário não poderá ceder, no todo ou em parte, a terceiros, os direitos e obrigações que lhe advierem do contrato sem prévia autorização, dada por escrito, da Entidade Adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
  - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao Adjudicatário no presente procedimento;
  - b) A Entidade Adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra abrangido por nenhum dos impedimentos previstos nos artigos n.º 55.º e n.º 317.º do CCP e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

### **OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

#### **Artigo 14.º – Seguros**

1. Da responsabilidade do Adjudicante fica a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos de responsabilidade civil e de acidentes pessoais nos termos da legislação em vigor, para o dia do espetáculo.

#### **Artigo 15.º – Sigilo e confidencialidade**

1. O Adjudicatário garantirá sigilo quanto a informações relacionadas com a atividade da Entidade Adjudicante, de que o seu pessoal venha a tomar conhecimento no exercício das suas funções ou por causa delas e responderá civilmente por todos os danos que a inobservância de tal dever de sigilo venha a causar.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que





este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Artigo 16.º – Tratamento de dados pessoais**

Nos termos e para os efeitos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, os eventuais dados pessoais que venham a ser transmitidos no presente procedimento serão tratados com a finalidade de gestão e conclusão daquele, ou para outras finalidades que decorram de obrigações legais a que o contraente público esteja adstrito.

#### **Artigo 17.º – Conformidade e garantia técnica**

A Entidade Adjudicatária obriga-se a garantir a qualidade técnica dos serviços contratados, de forma a garantir os requisitos e especificações definidos para o serviço, bem como o cumprimento da legislação aplicável.

### **PENALIDADES CONTRATUAIS**

#### **Artigo 18.º – Mora e cumprimento defeituoso**

1. No caso de mora no cumprimento ou cumprimento defeituoso das prestações do contrato por parte do Adjudicatário, poderá a Entidade Adjudicatária interpelar o Adjudicatário para cumprir pontualmente as tarefas contratadas, quando tal ainda for possível e se mantenha o interesse do credor na prestação, devendo nesse caso o Adjudicatário dar-lhe cumprimento imediato, bem como suportar os danos que a Câmara Municipal de Tondela sofra na sequência de tais atos.
2. Ao ser interpelado para os efeitos previstos no número anterior deverá o Adjudicatário cumprir imediatamente e de forma integral e satisfatória a prestação em falta.

#### **Artigo 19.º – Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Tondela pode exigir da Entidade Adjudicatária o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos do artigo 329.º do CCP.



2. O valor das penalidades é descontado na fatura referente ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.

3. No caso de impossibilidade de realização do espetáculo por motivos de força maior, como doença por parte do artista, intempéries que não permitam a realização do espetáculo em segurança, ou outros motivos idênticos, o mesmo deverá ser remarcado em data posterior, em concordância por ambas as partes, cumprindo, igualmente, todos os requisitos aqui estabelecidos.

## **RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

### **Artigo 20.º – Resolução alternativa de litígios**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada o tribunal com competência territorial sobre Tondela, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Artigo 21.º – Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Até à celebração do contrato as comunicações far-se-ão através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

### **Artigo 22.º – Contagem dos prazos na fase de execução do contrato**

À contagem de prazos na fase de execução do contrato são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data e se no



- d) último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- e) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

### **Artigo 23.º – Legislação aplicável**

Em tudo o omissso neste Caderno de Encargos observar-se-á a legislação aplicável.



**TONDELA**  
MUNICÍPIO

**Município de Tondela**

[www.cm-tondela.pt](http://www.cm-tondela.pt)

---

## **ANEXO A**

### **CARACTERÍSTICAS, ESPECIFICAÇÕES E REQUISITOS TÉCNICOS**



**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULO DO ARTISTA TOY NO EVENTO FICTON 2024**

**1. Descrição sumária**

O serviço a prestar no âmbito da realização do Espetáculo, pelo artista Toy no dia 12 de setembro de 2024, no evento Ficton 2024, em Tondela.

**2. Especificações técnicas**

As ações a executar constam, em concreto, no seguinte:

Realização de Concerto pelo artista Toy no dia 12 de setembro de 2024, no evento Ficton 2024, em Tondela.

- a) Realização de Concerto pelo artista Toy no dia 12 de setembro, no decorrer do Evento Ficton 2024, no espaço Parque Urbano de Tondela- Segunda fase.
- b) À responsabilidade do Adjudicatário ficam os músicos e instrumentos musicais necessários para a realização, em pleno, do referido concerto.
- c) O adjudicatário deverá realizar o espetáculo pelas 22.45 H do dia 12 de setembro de 2024 e o mesmo não deverá ter menos do que 75 minutos seguida e ininterruptamente.



### 3. Mapa de quantidades

O mapa de quantidades é valorado pela unidade (un) de serviço prestado a desenvolver no âmbito do Evento Ficton 2024.

**QUADRO 1 – MAPA DE QUANTIDADES**

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
Realização de Espetáculo pelo artista Toy no dia 12 de setembro de 2024, no evento Ficton 2024, em Tondela.	un	1